

## **Democracia em tempo de globalização – regressar ao futuro**

**Edgar Correia**

Mais de seis mil milhões de seres humanos compartilham connosco o nosso dia de hoje. Mas por mais gritantes que sejam as assimetrias de desenvolvimento e as desigualdades, como de facto são, nada nos deve fazer perder de vista que este nosso tempo é também aquele em que as necessidades humanas e as capacidades para as satisfazer atingiram o nível mais elevado de todos os tempos. E que o devemos viver com a consciência da incalculável acumulação histórica e social realizada antes de nós por muitas centenas de gerações, da qual somos herdeiros e continuadores.

A questão da democracia, que hoje aqui nos reúne, impõe um particular enfoque sobre o período de pouco mais de dois séculos que nos separam da independência dos Estados Unidos e da revolução francesa, em que foram moldadas as profundas mudanças sociais e os avanços políticos e civilizacionais em que assenta a realidade contemporânea. E para as quais concorreram de forma destacada os movimentos sociais e políticos surgidos da intervenção, luta e organização dos trabalhadores.

São também deste período as primeiras e mal sucedidas tentativas de construção de sociedades socialistas. Não é só o insucesso político e histórico que merece registo. Mas a evidência de que mesmo as experiências que proclamaram uma maior radicalidade não conseguiram nunca libertar-se do quadro das relações capitalistas, assumindo-se de facto como variantes de capitalismo de Estado, como se observou na União Soviética e nos restantes países do Leste, ou como ainda é presentemente observável num país como a China. E a incompatibilidade desses sistemas com um quadro político democrático.

O capitalismo, como sublinhou Marx à custa de rigor e de estudo, é um sistema caracterizado por uma elevada capacidade de mudança. Nos últimos séculos ele completou a fase de ascenso e de mundialização iniciada no século XVI. Assenhoreou-se do conjunto do planeta, facto bem patente por exemplo no carácter mundial dos conflitos inter-imperialistas que marcaram o século XX. E evoluiu para o “novo capitalismo” em que estamos claramente entrados.

Este novo ciclo do desenvolvimento do capitalismo, a globalização neoliberal como também se designa, não envolve uma alteração da essência do sistema, aquilo que poderíamos designar pelo seu código genético, que continua assente na acumulação de mais valia. O que é diferente é que esta acumulação se processa de uma forma muito mais intensa e sofisticada, assumindo uma dimensão sem precedentes e de carácter global.

Esta globalização neoliberal é constituída, em primeiro lugar, pela globalização dos fluxos de capital, como centro verdadeiramente nevrálgico da economia.

Daí ela estendeu-se rapidamente aos mercados e estratégias, à concorrência, às políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, e às tecnologias. Invadiu os próprios modos de vida, padrões de consumo e cultura. E afecta, embora de forma desigual, os diferentes sectores da actividade social e as diferentes sociedades e regiões.

Do ponto de vista político mundial, esta globalização neoliberal tem-se estendido através de capacidades reguladoras e de governação supra-

nacionais não democráticas e do unilateralismo norte-americano, e são conhecidos os obstáculos levantados pela administração dos Estados Unidos a qualquer renovação das Nações Unidas que implemente uma acrescida capacidade de cooperação política e económica à escala internacional.

Sublinhe-se ainda o facto de que a globalização financeira e a liberalização das trocas comerciais, ao demolirem barreiras à concorrência e ao imporem de facto uma competição entre economias nacionais com produtividades muito diferentes, têm vindo a acentuar os factores de desigualdade. Na ausência de políticas que compensem este efeito e que favoreçam a coesão económica e social ao nível transnacional, a globalização financeira e a liberalização das trocas comerciais põem em causa e invertem o relativo equilíbrio entre o social e o económico em que durante décadas assentaram as políticas no interior das nações.

Este fenómeno corresponde, no plano político, a uma dupla transformação: por um lado há uma transferência de poder para uma escala global, cada vez mais longínqua do acompanhamento e do controle democrático dos cidadãos; por outro lado, na esfera dos estados-nação, nos seus sistemas políticos, o poder residente torna-se cada vez mais rarefeito.

Confrontados com orientações financeiras, económicas e sociais, que por serem “globais” não seriam susceptíveis de ter alternativa no quadro do estado-nação, os cidadãos vêem esvaziar-se o conteúdo da política democrática em cuja definição é suposto que poderiam participar mais directamente.

Os partidos deixam de gerar expectativas diferenciadas nas variantes governativas e as demarcações ideológicas vão cedendo lugar aos ingredientes da política-espectáculo ou do espectáculo cada vez com menos política. O eleitoralismo domina a chamada vida política. E a crise de representação instala-se na cabeça dos cidadãos...

O sociólogo Manuel Villaverde Cabral sustenta lucidamente, na edição portuguesa deste mês Novembro 2004 do *Le Monde diplomatique* que, “do ponto de vista político, o que caracteriza a era da globalização é o fosso crescente entre a cidadania formal e a cidadania efectiva” e que a “perda generalizada de substância política afecta, como é óbvio, a forma como a democracia é vivida ao nível da própria motivação dos cidadãos para a participação”. E sublinha que “a questão que hoje se coloca, quando a democracia se tornou hegemónica enquanto retórica, é a dos graves défices que se observam no exercício real dos direitos de intervenção política, para além de uma participação eleitoral cada vez mais ritualizada e desprovida de conteúdos substantivos”.

Debater a democracia portuguesa trinta anos decorridos desde o 25 de Abril convoca-nos a compreender o profundo descontentamento dos portugueses em relação à política, às instituições democráticas, aos partidos e aos seus protagonistas.

Sem dúvida que há pontos que remetem especificamente para a nociva partidarização de muitos domínios da vida nacional e social e da administração pública, para a extensão dos fenómenos de clientelismo, de corrupção e de financiamento ilícito de partidos. Outros pontos referem-se a práticas centralistas que se enraizaram nos partidos e que limitam fortemente ou até impedem a participação dos seus membros nas principais escolhas e decisões, e que vão contribuindo para limitar cada vez mais o espaço e a utilidade da militância partidária.

Por sua vez, a legislação referente aos partidos e à participação eleitoral, concebida para cristalizar a representação partidária do eleitorado estabelecida depois do 25 de Abril e dificultar o aparecimento e a afirmação de novas forças em linha com alterações ocorridas na sociedade, concorre também para que seja cada vez maior o isolamento do sistema partidário em relação à sociedade que deveria “representar”.

Por outro lado, a falta de transparência e os obstáculos erguidos ao conhecimento das informações efectivamente relevantes e ao controlo democrático efectivo do exercício dos poderes por parte dos cidadãos – dos poderes institucionais, em primeiro lugar, mas também poderíamos estender esta reflexão aos que emanam de cada organização ou estrutura social – transformaram a vida política e social num jogo do gato e do rato cada vez mais desalentado. E que mais cépticos e permanentemente desconfiados vai deixando os cidadãos.

Mas dificilmente progrediríamos no diagnóstico dos problemas da nossa democracia e sobretudo na adopção de um programa com vista a torná-la mais democrática, se não compreendêssemos a relação intrínseca entre a forma democrática e o seu conteúdo substantivo. A relação entre participação democrática e decisão democrática. Entre poderes que se evaporaram do estado-nação e a urgente construção de novos níveis, supra-nacionais, de intervenção e decisão política e de cidadania. Entre as dimensões global, europeia, nacional e a local, dos nossos problemas e da nossa intervenção. Entre a dimensão social – num mundo cada vez mais complexo e mais fragmentado – e a pujante afirmação da individualidade que amanhece um novo renascimento.

Pensar e construir a democracia em tempo de globalização – é o programa que nos desafia para as próximas décadas. Urge, para isso, regressar ao futuro.